

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 03/09/2004

ANO II - Nº. 063

OS GARGALOS INFRA-ESTRUTURA, BUROCRACIA E GESTÃO

Além da tributária, três outras questões deveriam afligir o empreendedor brasileiro: Burocracia, gestão pública e infra-estrutura. Das três, muito se ouviu falar da Infra-estrutura nos últimos tempos. Pesquisa recente da UFRJ com os exportadores brasileiros, conclui que 94% dos grandes exportadores do país consideram que “a infra-estrutura brasileira não atende hoje às necessidades das empresas, ou atende precariamente”. No caso das estradas, não é preciso ser exportador para se chegar a igual conclusão, basta viajar de carro.

INFRA-ESTRUTURA

Dentre as alternativas em debate para atrair investimentos privados para a infra-estrutura, já que a capacidade do Estado parece esgotada, as Parcerias Público-Privadas (PPP) aparecem como a bola da vez. Depois de aprovado na Câmara de Deputados, o projeto de lei enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional propondo a instituição das PPP encontra-se parado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Para o setor privado a aprovação do projeto da PPP é essencial. O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Paulo Godoy, tem insistido em afirmar que o crescimento do produto interno reforça ainda mais a necessidade de investimentos em infra-estrutura. A opção do não investimento seria o colapso na infra-estrutura. A CNI e outras entidades têm se manifestado pela aprovação do projeto, preocupadas com sua paralisia no Senado Federal.

Que razões, além das políticas, estariam travando o projeto na CAE do Senado Federal? Nenhuma outra, seguramente. Similares das PPP já funcionam nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, coincidentemente governados por três expoentes do PSDB, com sucesso. As ações do PSDB e do PFL contra as PPP propostas pelo governo Lula fundam-se em razões políticas, de olho no calendário político de 2006.

A previsão inicial do Governo Federal, quando enviou o projeto ao Congresso Nacional, era de R\$ 5 bilhões/ano de investimentos via PPP. Se o projeto já tivesse sido aprovado, cerca de R\$ 10 bilhões de investimentos em parceria poderiam se efetivar num prazo de 24 meses, melhorando as condições das rodovias e dos portos brasileiros, por exemplo.

A política miúda do PFL e do PSDB, de evitar este ganho para o Brasil, reflete a lógica da política brasileira de, uma vez na oposição, não se incomodar com o que é bom para o país, mas apenas com o que é bom para anular ações que podem resultar em ganhos políticos para a situação. O país perde com a ausência de grandeza de sua classe política.

A reação do partido do governo (PT) à ausência de vontade dos Senadores para votar o projeto das PPP pode resultar em mais um embate político. O PT já demonstrou que tem coragem para enfrentar esses desafios e se dispõe a mais um, isto é, já que o Senado não vota o projeto ele emite uma Medida Provisória instituindo as PPP.

Quando ele fizer isso, será novamente atacado pelo PFL e PSDB, mas terá aberto as portas para que as parcerias se formalizem e o país comece a ganhar a guerra contra o gargalo da infra-estrutura. Ao cidadão brasileiro cabe, individualmente, concluir sobre o que é melhor para o país.

BUROCRACIA

O economista Simeon Djankov, do Banco Mundial, esteve no Brasil apresentando os resultados do maior estudo já feito sobre a burocracia, abrangendo 145 países. Uma de suas frases, durante Fórum promovido pela Revista Exame, em São Paulo, sintetiza esse gargalo: “É difícil imaginar um ambiente de negócios pior que o brasileiro”. Alguns itens mencionados por Simeon Djankov sobre o Brasil:

- A legislação trabalhista é das mais rígidas do mundo;
- O custo de demissão é o quarto maior do mundo;
- É líder mundial quando se calcula o prazo necessário para encerrar um negócio que não deu certo;
- Uma simples disputa comercial leva na Justiça, em média, 566 dias para ser resolvida;
- Registrar uma propriedade envolve 14 atos burocráticos, o quarto maior do mundo em exigências;
- Recuperar dinheiro emprestado e não pago é quase impossível. O Brasil é um dos piores lugares do mundo para fazer valer os direitos dos credores (em caso de falência).
- Enquanto na Austrália se abre um negócio em 2 dias, no Brasil se gastam 152 dias. Só Haiti, Laos, Congo e Moçambique levam mais tempo.
- Na Irlanda se fecha uma empresa em seis meses. No Brasil demora-se 10 anos. Junto com Índia e Chade, o Brasil forma o trio dos piores do mundo nesse quesito.

Quem tem por ofício lidar com órgãos públicos sabe o horror que isso significa. Um simples protocolo assume, na visão do burocrata, feições de grandiosidade colocada a serviço da imposição de dificuldades de toda ordem. De braços dados com a burocracia andam inúmeras de taxas a serem pagas (parece que há uma disputa entre os órgãos públicos para ver quem cobra mais) e a corrupção (o pior dos males).

Embora muitos se beneficiem da burocracia, colocá-la no mesmo nível dos demais gargalos é dever da classe empresarial, pois as vítimas preferenciais da burocracia, no caso das empresas, são as de pequeno porte. No caso dos cidadãos, quem sofre mais são os pobres.

As relações entre os representantes do Estado e os cidadãos e empresas se dão com base na desconfiança recíproca. É isso que precisa mudar.

GESTÃO PÚBLICA

Este gargalo ainda não está sendo atacado em nível federal. Nos Estados e Municípios há algumas ilhas de qualidade, mas no geral também não há nada a comemorar. No âmbito federal o que se vê, já há alguns anos, é a deterioração do serviço prestado, ausência total de compromisso com a qualidade. A má gestão também favorece a corrupção (tanto aos corruptos como aos corruptores, pois esta é uma via de mão dupla) e as vítimas, mais uma vez, são os de menor porte, físico ou financeiro. Gestões eficientes repercutem no lado da despesa pública e essa talvez seja a principal razão para que programas de qualidade sejam implantados no setor público.

LULA PERDOA MOÇAMBIQUE

O perdão de 95% da dívida do Moçambique com o Brasil, o que equivale a US\$ 315 milhões, gerou alguns comentários até cômicos na imprensa nacional, embora o assunto não tenha ocupado muito espaço na mídia. Alguns analistas que não podem falar a favor, com receio de perder credibilidade (como se só falar contra fosse garantia de mais ou menos credibilidade), até se indignaram com o perdão, sob o argumento de que “O

Brasil não está em condições de perdoar ninguém”. Esqueceram-se, antes, de uma lição simples: ninguém é tão pobre que não possa dar, nem tão rico que não precise de nada, nem de ninguém.

Lula já perdoou a Bolívia, em US\$ 52 milhões; Cabo Verde, em US\$ 2,7 milhões; e o Gabão, em US\$ 36 milhões. Alguém de sã consciência imaginava Moçambique quitando a dívida brasileira? O Brasil como esses pequenos atos conquista importantes apoios de organismos internacionais.

Do ponto de vista técnico, o perdão a Moçambique não repercute no nosso endividamento, pois tanto ele como os demais citados, estavam contabilizados como “não passíveis de recebimento”. Em outras palavras, Lula perdoou o que sabia que não iria receber.

CRESCIMENTO E METAS INFLACIONÁRIAS

A última ata do COMPOM (Comitê de Política Monetária) é um primor da tecnocracia do Banco Central.

“O forte crescimento da atividade econômica, que já atinge índices historicamente elevados, requer que se use de cautela redobrada na condução da política monetária, de modo a preservar o equilíbrio entre oferta e demanda agregada”.

“Há grande incerteza a respeito da velocidade de ampliação da capacidade produtiva dos setores cujos níveis de utilização já são altos”.

“Indicadores de produção, vendas e emprego atestam que o processo de retomada da atividade econômica prossegue em ritmo vigoroso”.

As afirmações acima são evidentemente verdadeiras, mas o que se pode concluir é que toda essa positividade da economia brasileira coloca em polvorosa a tecnocracia do Banco Central. Tudo isso é para dizer que a política monetária se tornará ainda mais rígida, que é necessário manter-se a SELIC em 16% (e até aumentá-la...), pois o cenário positivo estaria conduzindo a conclusão na direção de que “as projeções de inflação estão acima da meta de 5,5% para 2004 e acima da meta de 4,5% para 2005”.

O fato de o Banco Central ter transformado a meta inflacionária em mito, coloca em risco o crescimento econômico. O que se lê nas entrelinhas da ata do COPOM é que a SELIC não cairá mais neste ano e corre sério risco de aumentar. A obsessão em relação à meta de 4,5% de inflação em 2005 acabará se transformando no grande aliado do PSDB para 2006, pois travará o crescimento econômico no próximo ano. Só uma interferência política nos salvará da rigidez tecnocrática.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br